



A Educação Popular como um instrumento de resistência contra a exploração capitalista

Paulo Eduardo Dias Taddei – UFPEL

Resumo: No presente artigo é feito um estudo teórico sobre as possibilidades da Educação Popular como instrumento de resistência contra a exploração capitalista, analisando-se os limites e possibilidades dessa resistência. O estudo parte de uma breve análise sobre a categoria da exploração em Marx e da compreensão conceitual do modelo de Educação Popular, para, no final, tentar responder se a Educação Popular pode ou não se constituir em um nicho de resistência contra a exploração capitalista e como isso pode acontecer.

Palavras-chave: Educação popular, resistência e exploração.

Introdução

Vive-se em um mundo marcado por desigualdades de ordem sócio-econômica e cultural, no qual poucos se apropriam da maior parte da riqueza – e dos avanços tecnológicos – em detrimento da maioria que “vende” a força de trabalho a preço vil ou sobrevive na mais extrema miséria e marginalidade. Com efeito, é um mundo marcado pela exploração.

Quem ainda não escutou que a “receita” para a superação do modelo hegemônico capitalista é a educação. Até que ponto tal afirmação é correta, se os espaços formais de educação, de uma forma geral, funcionam como nichos de reprodução do modelo dominante? Ora, sendo capitalista o sistema hegemônico, o espaço formal de educação, por consequência, em regra, partilha dos mesmos princípios, valores e premissas desse sistema. Mesmo que a influência da sociedade sobre a escola não seja absoluta, conforme entendimento de SAVIANI (1986), existe uma relação dialética entre escola e sociedade; sociedade e escola, tanto na escola privada quanto na escola pública, porque o próprio Estado é capitalista. Assim, não é difícil afirmar que a própria escola é produtora de desigualdades ou, no mínimo, reprodutora das desigualdades resultantes da lógica do sistema dominante.

Por tudo isso, pergunta-se: *existe realmente a possibilidade de resistência à exploração capitalista através do projeto de Educação Popular?* Assim, para responder a essa indagação, arrisca-se, em primeiro lugar, um breve ensaio sobre a exploração, seguida de

um estudo sobre a Educação Popular, ficando para a conclusão a análise da possibilidade de resistência a partir da concepção de Educação Popular.

Este artigo é um estudo teórico, exclusivamente biográfico, no qual é desenvolvida uma breve análise sobre a categoria da exploração, em Marx, e as possibilidades de resistência a esta categoria através da Educação Popular. Este estudo teórico não tem a pretensão de esgotar um tema tão relevante e complexo, mas busca, a partir de revisitações bibliográficas, e considerando a realidade objetiva como “pano de fundo”, promover uma discussão sobre as possibilidades concretas dessa resistência. É possível? Por quê? Não é possível? Por quê? Toma-se por base para a conclusão deste artigo, a tradicional e conhecida resposta que é dada a quem integra às fileiras na luta pela superação do regime capitalista (não pela sua reforma): *isso é uma utopia, porque o capitalismo é o único sistema possível, diante da natureza egoísta do ser humano.*

Assim, em primeiro lugar é feita uma análise sobre a categoria da exploração, na concepção de Marx, para, logo em seguida, se fazer uma reflexão sobre a Educação Popular e suas possibilidades como “trincheira” de resistência contra a exploração.

I - Breves considerações sobre a categoria da exploração

Por que a maior parte da riqueza se concentra nas mãos de poucos? A pobreza de muitos e a abundância de poucos resultam, em regra, dos antagonismos de classe, a partir das contradições existentes entre o capital e o trabalho. Assim, com o recrudescimento da divisão social do trabalho e a afirmação da propriedade privada dos meios de produção, as relações sociais passaram a ser marcadas pela exploração, uma vez que poucos – muito poucos – passaram a concentrar em suas mãos um excedente produzido por outro setor da população.

Na verdade, o capitalismo, a globalização e o neoliberalismo, ao privilegiarem o lucro, a mais-valia e o acúmulo de riquezas nas mãos de poucos, em detrimento do ser humano, reproduzem uma espécie de “darwinismo social”, no qual os mais fortes sobrevivem e os mais fracos sucumbem no âmbito do mercado. O mundo se transforma num grande jogo, numa grande competição, regido pelas chamadas “leis de mercado” (como se fossem leis divinas, e, por divinas, eternas e imutáveis), favorecendo os fortes, economicamente falando (os vencedores do mercado), e fragilizando a grande massa incapaz de competir neste “jogo” socialmente injusto e desigual. Enfatize-se, ainda, a grande “ciranda financeira internacional”, incontrolável sob qualquer aspecto, chamada por alguns de “agiotagem internacional”.

Em contraposição à concepção equivocada acerca da inexorabilidade das “leis do mercado” (o chamado “dedo invisível” do mercado), a crise econômica de setembro de 2008 “revogou”, ao menos transitoriamente, tais “leis eternas e imutáveis”, quando não poucos dos grandes conglomerados capitalistas do mundo, sem qualquer constrangimento, bateram às portas dos Estados nacionais (que para eles deveria ser mínimo), em busca de financiamento, com o dinheiro do povo, para salvar grandes corporações da bancarrota, aceitando, neste caso, a transformação do Estado de mínimo para máximo.

Ora, se existem explorados é porque, sem nenhuma dúvida, existe, por outro lado, quem os explore. Com efeito, basta um olhar sobre a história da humanidade para se chegar a tal conclusão. Neste sentido, Marx e Engels, no Manifesto do Partido Comunista, obtemperam que: *“A história de toda a sociedade até hoje é a história de lutas de classes”*(MARX E ENGELS, 1988, P.66). Aduzem, ainda:

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta (Idem, 1988, 66).

Destarte, Marx e Engels, através de uma abordagem crítica da sociedade, baseada na realidade cotidiana concreta, sem prescindir da análise histórica dessa sociedade, oferecem a base teórica para o entendimento dos antagonismos que marcaram – e ainda marcam – as relações intersubjetivas no tempo e no espaço. Com esta máxima, Marx e Engels escrevem o primeiro parágrafo do Manifesto do Partido Comunista, fazendo uma síntese singular da história das sociedades. Assim, não podem passar despercebidas a força e a sutileza de tal brocardo. Nesta exígua, mas excepcional sentença, os autores sintetizam a história da humanidade como a história da exploração do homem pelo homem, constituindo-se a luta de classes como um dos efeitos da exploração.

Neste sentido, preleciona Tom Bottomore:

A exploração ocorre quando um setor da população produz um excedente cuja utilização é controlada por outro setor. As classes, na teoria marxista, só existem nas relações que mantém uma com as outras, e essa relação gira em torno da forma de exploração que tem lugar em um determinado MODO DE PRODUÇÃO. **É a exploração que dá origem à LUTA DE CLASSES** (BOTTOMORE, 2001, p. 144) – destacou-se.

Os autores, portanto, partem da realidade concreta dos homens, que só pode ser encontrada na história, para chegarem à síntese relacional dos protagonistas dessa história: a história da luta de classes.

Assim, como a história da formação humana integra a história das sociedades, e esta sempre foi marcada pelo estigma da exploração (e ainda é), resultante do antagonismo de classes, do proprietário em relação ao escravo, do senhor em relação ao servo, do burguês em relação ao proletário, do patrão em relação ao empregado, só para citar alguns dos protagonistas desta grande trama de relações que é a história, a exploração também está presente na educação, a partir da divisão social do trabalho, que resulta em uma educação para as elites e outra educação para as camadas populares e marginalizadas da população.

Efetivamente, a divisão social do trabalho, em trabalho intelectual ou espiritual e em trabalho manual ou material; em trabalho do campo e da cidade; em trabalho do comércio e da indústria, reflete-se diretamente no processo de formação humana, a partir do momento em que essa divisão deixa de ser natural e passa a ser artificializada pelas “necessidades” do capital. Assim, desde há muito tempo a escola (mesmo em seu estágio embrionário) está dividida no seu processo de formação, entre aqueles que dominarão e àqueles que serão dominados.

A exploração, portanto, é uma categoria básica, fundamental, geradora de outras categorias. O fundamento para tal assertiva é que se não existisse a exploração do homem pelo homem, em seu sentido mais amplo, por consequência lógica possivelmente não existiriam alienação, opressão, exclusão, repressão, etc., categorias estas que decorrem, inelutavelmente, daquela. A exploração como foi visto gera o antagonismo de classes (fenômeno socioeconômico, político e cultural): de um lado os exploradores e de outro os explorados, em suas multifacetadas formas.

Marx, segundo Bottomore, atribuiu dois sentidos ao termo exploração: um mais geral e outro mais específico.

No geral:

Termo usado por Marx em dois sentidos, o primeiro dos quais, mais geral, é a utilização de um objeto pelas vantagens que oferece – exploração de recursos naturais, de uma situação política, ou da moralidade hipócrita: “(...) em relação ao tráfico de crianças, os pais de classe operária evidenciaram características que são verdadeiramente revoltantes e em muito se assemelham ao tráfico de escravos. Mas o capitalista, bom fariseu (...) denuncia essa ignomínia que ele mesmo criou, perpetua e explora...” (O Capital, I cap. XV, 3). Num certo sentido, portanto, exploração é um termo pejorativo de caráter abrangente, bastante útil e de excepcional força polêmica; e por isso muito presente na investida crítica de Marx contra o capitalismo (BOTTOMORE, 2001, p. 144).

No específico:

Mas *exploração* possui um outro significado mais preciso e, nesse sentido, é um conceito básico do MATERIALISMO HISTÓRICO. Em qualquer sociedade em que as forças produtivas se tenham desenvolvido além do mínimo necessário à sobrevivência da sua população, capacitando-a assim, pelos menos potencialmente para crescer, transformar-se e sobreviver às vicissitudes da natureza, a produção de um excedente torna possível a exploração, que é o fundamento da sociedade de classes. A exploração ocorre quando um setor da população produz um excedente cuja utilização é controlada por outro setor. As classes, na teoria marxista, só existem nas relações que mantém uma com as outras, e essa relação gira em torno da forma de exploração que tem lugar em um determinado MODO DE PRODUÇÃO. É a exploração que dá origem à LUTA DE CLASSES (Idem, 2001, p. 144).

Marx e Engels, através de uma visão crítica, inauguram uma nova forma de compreensão da sociedade industrial, a partir de uma nova teoria social: o materialismo histórico: *O modo de produção da vida material determina o caráter geral dos processos da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens o que lhes determina a realidade objetiva, mas, ao contrário, a realidade social é que lhes determina a consciência* (MARX & ENGELS, 2005, contracapa).

Como o modelo dominante está assentado nas ideias de acumulação de riquezas, individualismo, competição, desenvolvimento a qualquer custo, naturalização da pobreza, idolatria ao lucro, reificação do homem e da mulher, dentre outros, todos esses fatores acabam por influenciar de forma decisiva na formação da personalidade dos indivíduos, atuando como agentes condicionadores de sua construção moral, ou seja, o egoísmo é um vício moral produzido na existência objetiva do homem e da mulher em decorrência de suas condições materiais de existência. É, portanto, um efeito, e não uma causa consoante concebem alguns idealistas.

Assim, é uma falácia a concepção de que o capitalismo, o neoliberalismo e a globalização contribuem para a massificação da tecnologia, culminando com a redução lenta, gradual e efetiva da pobreza e das desigualdades em todo o planeta. Com efeito, os fatos do cotidiano nem sempre confirmam as “estatísticas oficiais”.

Sobre o tema, preleciona Roberto Leher, o seguinte:

Se nos trinta gloriosos anos do Capitalismo, os filhos dos trabalhadores foram educados tão-somente para as máquinas, o atual padrão de acumulação é ainda pior. A educação dirigida às massas não pode almejar senão a formação de trabalhadores precarizados e “sobrantes” que viverão não apenas fora do mercado regulado, como dependerão de políticas de alívio à pobreza para não sucumbirem à fome e à miséria absoluta. Em outros tempos, o atual nível mínimo de conhecimento indispensável para as classes populares é ainda mais rebaixado que em períodos pretéritos. Pobreza e desposuimento da educação, da ciência e da cultura são dimensões próprias da sociedade de classes que, ademais, contribuem para a manutenção da ordem social (LEHER – 2007, p. 22).

Assim, em sentido geral, pode-se dizer que a exploração é um fenômeno sócio-econômico no qual alguém ou um grupo obtém vantagens “indevidas” sobre outrem ou outro grupo, no âmbito de suas relações concretas e objetivas.

Na verdade, muito mais se teria a comentar sobre a categoria da exploração, mas tal não é o objetivo deste opúsculo, cuja pretensão é investigar as possibilidades de resistência à exploração, através da Educação Popular.

II - A Educação Popular como instrumento de resistência contra a exploração capitalista

Qual a definição de “popular”? Sabe-se que inúmeras definições podem defluir deste termo ou, em sentido contrário, que tal terminologia carrega em seu bojo alto grau de indefinição. Em princípio, popular é tudo aquilo que emana do povo. Todavia, o próprio conceito de povo é, também, de alto grau de indefinição, pois povo pode ter uma definição, por exemplo, no âmbito da Teoria Geral do Estado, outra no campo da Ciência Política ou, ainda, do Direito Constitucional, só para citar algumas. Assim como povo pode ser definido como o conjunto de indivíduos de um determinado Estado, também pode ser usado como sinônimo de plebe. Enfim! Definições heterogêneas não faltam para tal expressão. Registre-se, ainda, que não se confundem os conceitos de popular com populista, tendo a segunda expressão um caráter negativo, pois, em regra, no populismo o povo é utilizado como um meio, um instrumento, por seus representantes, e não como um fim em si e para si.

O vocábulo popular é também utilizado nas seguintes palavras complexas: júri popular, feira popular, dito popular, partido popular, festa popular, cultura popular, conto popular, banco popular, república popular, assembleia popular, música popular, arte popular, pessoa popular, time popular, casa popular, etc.

No Minidicionário AURÉLIO (1998), no verbete “popular”, tem-se as seguintes definições: “Popular adj. **1.** Do próprio povo, ou feito por ele. **2.** Simpático ao povo. **3.** Vulgar, trivial. Sm. **4.** Homem do povo. § **popularidade** sf. **popularizar** v. t. e p. Tornar(-se) conhecido, divulgado, ou estimado do povo” (grifos no original). No Minidicionário MICHAELIS (2000), no verbete “popular”, consta o seguinte: “**po.pu.lar** adj. M+f Pertencente ou relativo ao povo; próprio do povo” (grifo no original).

Sobre o tema, aduz Ana Maria do Vale:

A propósito, o que vem a ser para nós o termo popular. Popular não significa apenas o que é democrático ou o que se identifica com a pobreza, com a miséria dos homens. Popular é uma concepção de vida e da história que as classes populares constroem no interior das sociedades democráticas, estando, necessariamente, ligado à questão da qualidade de vida das pessoas e, conseqüentemente, à mudança da função social da escola (VALE, 2001, p. 55/56).

A mesma dificuldade, como foi dito, acontece no tocante à definição de povo. Com efeito, acerca da definição de povo, assevera a citada autora:

Da mesma forma que o termo “popular” possui empregos problemáticos encerrando alto teor de indefinição, o conceito de povo igualmente apresenta-se problemático e impreciso. Povo, para uns, pode significar o conjunto dos indivíduos, cidadãos iguais de uma determinada sociedade cuja homogeneização social inclui “indistintamente” os oprimidos, os opressores, os intelectuais, os analfabetos, os profissionais liberais, os operários, os empresários, a população marginal. É essa a visão propagada pela classe dominante na tentativa de escamotear as desigualdades sociais existentes no seio de uma sociedade de classes (Idem, 2001, p. 54/55).

Ainda, é da mesma autora, sobre a Educação Popular, o que segue: *Uma educação comprometida com os segmentos populares da sociedade, cujo objetivo maior deve ser o de contribuir para a elevação de sua consciência crítica, do reconhecimento da sua condição de classe e das potencialidades transformadoras inerentes a essa condição* (Ibidem, p. 57).

A Educação Popular, portanto, embora possa sofrer algumas diferenças circunstanciais de um para outro autor ou grupo de autores, tem em comum o fato de trabalhar com um projeto político-pedagógico alternativo à lógica do projeto capitalista, com uma nova concepção de educação, uma educação transformadora: uma educação do povo, com o povo e para o povo. Não a educação que aliena, reproduzindo o modelo das classes dominantes, mais precisamente os interesses do capital, mas a educação que conscientiza através de um estudo da realidade concreta, sem mistificações, que faz com que o explorado compreenda sua situação no contexto social, histórico, econômico, político e cultural onde está inserido, conhecendo, sobretudo, as causas reais dessa situação e as possibilidades de transformação a partir desse entendimento.

Sobre o tema, assevera a multicitada autora:

O reconhecimento das relações sociais e sua estreita ligação com o processo educacional é imprescindível a uma proposta de educação transformadora. A educação burguesa opressora, desigual que hoje é dada na escola pública, deve ser substituída por outro tipo de educação, cujo compromisso maior seja voltado para os segmentos populares. Essa é a proposta educacional que defendemos e que, mesmo embrionariamente, já estamos vendo nascer no nosso país numa dimensão que perpassa inclusive o âmbito da escola pública (Ibidem, p. 52).

Desse modo, a partir de uma concepção progressista de mundo, a educação assume um caráter dinâmico, transformador, criador, de superação de um estado de negatividade para um estado de emancipação, um estado de construção do homem e da mulher integrais. Em suma, de uma educação omnilateral, na expressão de Manacorda (1991), respaldado em Marx (2005).

Assim, através da EP busca-se a concretização de uma pedagogia comprometida com a libertação e não com a alienação do explorado. Ora, uma pedagogia que liberta não pode ocultar a realidade concreta. A realidade é o campo onde deverá ser desenvolvido o processo de conscientização para a libertação e para a transformação.

Hoje, os chamados espaços formais de educação trabalham, em regra, com um “saber posto”, que é depositado mecanicamente pelos professores, enquanto monopolizadores deste saber, nos alunos, enquanto meros receptores passivos deste saber, caracterizando a educação como “depósito bancário” do saudoso Mestre Freire. Não se discute que a função primordial da escola é a de possibilitar o acesso ao saber sistematizado. Discute-se, sim, o processo pelo qual é propiciado tal acesso.

Neste sentido, argumenta Dermeval Saviani:

A escola tem o papel de possibilitar o acesso das novas gerações ao mundo do saber sistematizado, do saber metódico, científico. Ela necessita organizar processos, **descobrir formas adequadas a essa finalidade**. Esta é a questão central da pedagogia escolar. **Os conteúdos não representam a questão central da pedagogia, porque se produzem a partir das relações sociais e se sistematizam com autonomia em relação à escola** (SAVIANI (2), 2003, p. 75) – destacou-se.

No mesmo diapasão, adverte Vale:

Na medida em que à escola é atribuída uma função cujo papel consiste exclusivamente na socialização do saber sistematizado, do saber erudito, sem considerar o saber popular, **então somos forçados a pensar que à escola cabe especificamente a função de transmitir um determinado conteúdo (saber elaborado, ciência) em detrimento de seu papel social e político** (Ibidem, 2001, p. 73) – destacou-se.

A educação popular, portanto, estabelece novos caminhos, novos processos, novas metas para o campo da educação. É uma educação que não prescinde da leitura crítica da realidade. A realidade profunda ou oculta, não a “realidade aparente”, superficial, contaminada pela ideologia da classe hegemônica. É a utopia em movimento, na concretude da vida cotidiana. A utopia como um compromisso histórico e um ato de conhecimento crítico, como denúncia e anúncio, na concepção de Freire.

A conscientização nos convida a assumir uma posição utópica frente ao mundo, posição esta que converte o conscientizado em fator utópico.

Para mim o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico

A utopia exige o conhecimento crítico. É um ato de conhecimento. Eu não posso denunciar a estrutura desumanizante se não a penetro para conhecê-la. Não posso anunciar se não a conheço, mas entre o momento do anúncio e a realização do mesmo existe algo que deve ser destacado: é que o anúncio não é anúncio de um anteprojeto, porque é na práxis histórica que o anteprojeto se torna projeto. É atuando que posso transformar meu anteprojeto que se faz projeto por meio da práxis e não por meio do blábláblá (FREIRE, 2001, p. 31 e 32).

A Educação Popular trabalha com a concretização de uma pedagogia comprometida com a libertação e não com a alienação do oprimido. Ora, uma pedagogia que liberta não pode ocultar a realidade concreta. A realidade é o campo onde deverá ser

desenvolvido o processo de conscientização para a libertação. A conscientização tem que ser crítica, e não mágica. Neste sentido é o ensinamento de Paulo Freire: “*A única maneira de ajudar o homem a realizar sua vocação ontológica, a inserir-se na construção da sociedade e na direção da mudança social, é substituir esta captação principalmente mágica da realidade por uma captação mais e mais crítica*” (Ibidem, 2001, p. 60/61).

Questiona-se, então, o seguinte: é possível a Educação Popular na escola pública? Pode-se responder que é possível, porém de difícil implantação sob a égide do regime capitalista. Com efeito, hoje as limitações para tal projeto são muitas, e de difícil superação neste contexto histórico, cultural, social, político e econômico, estando, dentre essas limitações, a mais relevante, ou seja, a incompatibilidade do sistema dominante com o projeto de Educação Popular. Ressalte-se, ainda, que tal dificuldade é de ordem estrutural e não meramente conjuntural. As escolas públicas são administradas pelo Estado. O Estado é capitalista. Ora, nesta concepção, o Estado, como instrumento político da classe detentora do poder econômico, exerce, de uma forma geral, o papel de “oficializador” e “legitimador” dos interesses da classe hegemônica.

Sobre o tema, refere Conceição Paludo:

Admite-se e deseja-se, nestes novos tempos, que esta concepção de educação do popular não seja adequada exclusivamente para os espaços não-formais de educação. Se aposta na sua capacidade de disputa na rede oficial de ensino, embora se admita que sua ressignificação e fecundidade sejam maiores nos espaços não-formais, visto que muito mais liberta das amarras que prendem os espaços formais e porque exercida por indivíduos que possuem por ela uma opção clara, o que não significa estar, como tudo na vida, isenta de contradições. Considera-se que esta tarefa é mais fácil de ser levada a efeito quando existem governos democráticos e populares, mas também quando eles não existem, admite-se a possibilidade, desde que os sujeitos educadores queiram orientar as práticas educativas por esta perspectiva, se disponham a “entrar na luta” e a projetar e vivenciar outro modo de fazer educação das classes subalternas (PALUDO, 2001, 206-207).

E, por fim, questiona-se: *Existe realmente a possibilidade de resistência à exploração capitalista através do projeto de Educação Popular?* A resposta tem que partir da realidade objetiva, sob pena de se cair em um idealismo estéril que não leva ninguém a lugar algum. Com efeito, não se pode prever o tempo histórico em que acontecerá a ruptura do sistema hegemônico e sua superação por outra concepção que, de forma minoritária, já existe em formação no seu próprio bojo. Ademais, sabe-se da capacidade de “reinvenção” do capitalismo, que se revoluciona, superando, mesmo que transitoriamente, suas próprias crises, até que nova crise se estabeleça e seja novamente superada, porque o capitalismo é por índole um sistema produtor e reprodutor de crises.

A preservação histórica de um sistema que beneficia a poucos em detrimento da maioria pode estar na própria naturalização deste sistema como o único possível em face da natureza má e egoísta do ser humano, partindo-se para tal conclusão de uma concepção idealista e fatalista da realidade. É claro que esta não é a única causa da resistência do capitalismo às suas próprias crises (a naturalização, baseada numa premissa idealista e fatalista), mas é uma causa relevante, ou pelo menos, simplificando, é a resposta mais comum que se ouve quando se discute acerca da possibilidade de superação deste sistema. Isso é um fato!

Assim, a Educação Popular, se não pode transformar a realidade, sobretudo neste momento histórico, pode, todavia, questioná-la, apontando outras possibilidades através de suas propostas e metodologia. Isso também é um fato.

A Educação Popular pode “minar” as “verdades” absolutas do sistema hegemônico, e, aos poucos, espriar seus postulados, pressupostos, princípio e valores para um maior número de pessoas, multiplicando a divulgação de uma concepção do mundo assentada fundamentalmente na possibilidade de transformação da realidade.

Conclusão:

Em conclusão, retorna-se à indagação inicial: *Existe realmente a possibilidade de resistência à exploração capitalista através do projeto de Educação Popular?* Sim, existe essa possibilidade. A resistência é possível. A Educação Popular pode se constituir como um instrumento de resistência contra a exploração capitalista, porque calcada em pressupostos, princípios, valores, instrumentos e postulados antagônicos do projeto educacional vigente. Isto é um fato! A educação tradicional formal e a Educação Popular são projetos antagônicos.

Com efeito, para tanto, todos os progressistas que não acreditam que a simples reforma do sistema dominante possa levar à superação do antagonismo de classes, devem, de forma coletiva, articulada e voluntária, trabalhar para a divulgação e aplicação do projeto de Educação Popular para um maior número de pessoas possível, formando, destarte, uma espécie de uma rede, partindo de uma concepção educacional baseada na realidade concreta que aponta as possibilidades de superação de um sistema assentado na exploração, para um sistema respaldado na solidariedade humana.

É claro que a transformação não vai acontecer de uma hora para outra ou da noite para o dia, porque o capitalismo está naturalizado neste momento histórico, como única possibilidade viável ao conjunto da humanidade – principalmente no ocidente. Este fato,

portanto, não pode servir de empecilho ou desânimo para a luta visando a superação do pensamento hegemônico.

A Educação Popular, então, pode sim se constituir em um nicho de resistência ao projeto dominante, “minando” as “verdades” absolutas do sistema hegemônico, e, aos poucos, espalhando seus postulados, pressupostos, princípios e valores para um maior número de pessoas.

A base da resistência está, portanto, em mostrar e provar às possibilidades de transformação da realidade de forma clara e inequívoca, com suporte na realidade concreta.

Não se pode esquecer que conhecimento é poder, podendo se abrir caminhos para a superação de uma visão “fatalista da realidade”, através da apresentação das possibilidades concretas de transformação, a partir de um novo projeto de educação, uma educação que não se adapta ao modelo necrófilo capitalista, mas que, pelo contrário, se constitui num meio de resistência às suas premissas, princípios e valores e postulados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 144/145.
- FERREIRA, A. B. H. MINIDICIONÁRIO *Aurélio*. 23. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- _____. *Conscientização: teoria e prática da libertação; uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*, São Paulo: Centauro: 2001.
- LEHER, Roberto. Educação Popular como estratégia política. In ALMEIDA; JANIZE (ORG.). *Educação e Movimentos Sociais: novos olhares*. SP: Alínea, 2007.
- MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. - (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v. 5).
- MANACORDA, Mario Alighiero. *História da Educação: da antiguidade aos nossos dias*. Tradução de Gaetano Lo Monaco – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.
- MARX e ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista*. 3ª Ed. RJ: Editora Vozes Ltda., 1988.
- MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. 3ª Ed. São Paulo: Martin Claret, 2005 (Coleção A Obra Prima De Cada Autor).
- MICHAELIS. *Minidicionário escolar da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 2000.

SAVIANI, D. (1) Escola e democracia. 32 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1986.

_____ (2) Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 8ª Ed. Revista e ampliada – Campinas, SP: Autores Associados, 2003 (Coleção Educação Contemporânea).

PALUDO. Educação Popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular. POA: Tomo editorial & Camp, 2001.

VALE, Ana Maria. Educação Popular na Escola Pública. 4ª Ed. São Paulo, Cortez, 2001.